

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO CONTEXTO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA EM UMA ESCOLA DE SÃO LUÍS-MA: percepções de docentes de História

Antônio Jose Araújo Lima ¹
Ronaldo Silva Junior ²
Eunice Castro ³
Naysa Christine Serra Silva ⁴

RESUMO

O presente estudo se propôs abordar questões teóricas pertinentes à historicidade da educação de surdos no Brasil, enfatizando a relevância do não ouvinte como pessoa de direito. Discute-se, também, a utilização da Lei Brasileira de Sinais (Libras) no âmbito da educação básica, destacando o papel do professor e do intérprete de Libras no contexto da disciplina de História. No contexto, investigaram-se as percepções de professores da educação básica destacando o papel do professor e do intérprete da Libras no contexto da disciplina de História em uma escola pública estadual de São Luís/MA. Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva com 2 profissionais pertencentes à área da educação, possuindo em média 15 anos de experiência profissional em escolas da rede estadual. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados sinalizam que para os docentes, o aluno surdo tem potencial para obter bom rendimento na disciplina de História, desde que haja o acompanhamento por parte do profissional intérprete, para que o aluno não fique prejudicado nas temáticas trabalhadas em sala de aula.

Palavras-chave: Libras. Licenciatura em História. Ensino-aprendizagem. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O ensino de história na educação básica tem se cristalizado numa mentalidade de olhar a história de forma linear, criando uma narrativa europeia e cristã, na qual os povos não europeus não são vistos com o devido valor que possuem, mas como pessoas dignas apenas de favores, sem respeito e tolerância a cultura daqueles que a narrativa positivista chamou de minorias (BITTENCOURT, 2018).

¹ Mestre em Educação (PPGE/UFMA) e Professor de Educação do IFMA - MA, antonio.jose@ifma.edu.br;

² Mestrando do PGCULT/UFMA e Professor de Direito do IFMA - MA, ronaldo.junior@ifma.edu.br;

³ Mestra em Educação (PPGE/UFMA) e Pedagoga do IFMA - MA, eunice.castro@ifma.edu.br;

⁴ Mestranda do PGCULT/UFMA – MA e Professora (UFMA) - MA, naysac@gmail.com;

O problema de pesquisa que norteia o presente estudo parte da seguinte proposição: quais as percepções dos docentes da disciplina de História do Ensino Médio em relação à relevância do intérprete da Libras no contexto do processo ensino-aprendizagem de História?

Sendo assim, colocou-se como hipótese que embora os docentes da disciplina de história percebam a relevância do intérprete da Língua Brasileira de Sinais nas aulas de História, esse profissional não ainda não é valorizado nas escolas do Estado. Assim, o ensino de História para o aluno surdo constitui-se em uma prática ainda com limitações e rupturas.

Para responder ao problema proposto, o objetivo geral deste estudo corresponde a conhecer e descrever as percepções dos docentes da disciplina de História do Ensino Médio em relação à relevância do intérprete da Libras no contexto do processo ensino-aprendizagem de História. Nesse sentido, foram colocados como objetivos específicos: verificar como vem ocorrendo o uso da Libras no âmbito da educação básica e, em particular, no processo ensino-aprendizagem da disciplina História, no Ensino Médio; identificar as dificuldades e/ou facilidades vivenciadas pelos docentes da disciplina de História em relação ao uso da Libras durante as suas aulas; descrever o que pensam os docentes de História do Ensino Médio sobre o papel do intérprete da Libras no contexto do ensino de história.

O estudo foi realizado numa escola, localizada no bairro Monte Castelo, na cidade de São Luís/Ma. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, calcada no estudo de caso. A referida escola é mantida pelo poder estadual, possuindo em suas dependências funcionais uma macroestrutura para o atendimento dos alunos, público do ensino médio, com maior quantidade de discentes dos bairros: Camboa, Coroadinho e Liberdade.

O referido trabalho se propõe abordar questões teóricas pertinentes à historicidade de educação de surdos no Brasil, enfatizando a relevância desse público como cidadãos de direitos e respeito. Discute-se, também, a utilização da Libras no âmbito da educação básica, destacando o papel do professor e do intérprete de Libras no contexto da disciplina de História. Buscou-se subsídios teóricos a partir dos estudos de Chartier (1990), Jannuzzi (2004), Eagleton (2005), Mazzotta (2005), Paz (2013), Santos (2017), Bittencourt (2018), entre outros.

No presente contexto, fez-se importante estudar a temática para descrever a forma como o intérprete de Libras é visto no contexto da sala de aula enquanto profissional que presta suporte ao aluno surdo, também buscando mostrar como o aluno não ouvinte vem sendo atendido na rede pública de educação na capital do estado do Maranhão. Uma vez conhecendo a forma de atendimento, ações poderão ser articuladas para melhorias e/ou aperfeiçoamentos em tal serviço, no sentido de fomentar práticas voltadas para o atendimento

humanizado à pessoa com deficiência auditiva, como é preconizado pela Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

METODOLOGIA

Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva em uma escola da rede estadual de educação, em São Luís do Maranhão, pois de acordo com Cervo (2007, p. 63):

Estudos exploratórios, quando não se tem informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno. Visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

Dessa forma, a pesquisa exploratória tem como essência familiarizar-se com o fenômeno e, assim, descobrir novas percepções dele ou descobrir novas ideias (GIL, 2010). Desse modo, descrições precisas da situação observada devem ser feitas para mostrar as relações existentes entre seus elementos componentes.

De acordo com Chizzotti (2010, p. 42), “pretende identificar e descrever as características do objeto, a fim de explicá-lo, segundo a realidade percebida”. Nesse sentido, Rudio (2010, p. 71), esclarece que “Descrever é narrar o que acontece. Explicar e dizer por que acontece. Assim, a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”.

Neste estudo, todos os professores da disciplina de História aceitaram participar da pesquisa, totalizando dois professores: um do turno matutino e outro do turno vespertino. Para seleção dos informantes foram utilizados como critérios de inclusão os seguintes aspectos: não estar afastado de suas atividades profissionais na escola; trabalhar na escola a pelo menos 03 (três) anos; possuir formação em História; estar em exercício em sala de aula durante o ano de 2018; tempo mínimo 05 (cinco) anos de experiência em atividades profissionais em sala de aula. Como critério de exclusão foi considerado não estar contido nos critérios mencionados, anteriormente, bem como se recusar em participar da pesquisa.

Os instrumentos corresponderam a entrevistas semiestruturadas, aplicadas por meio de um roteiro contendo 10 (dez) questões abordando os seguintes assuntos: o que o professor entende por Libras; como o professor se comunica com o aluno surdo; como o professor se

sente sendo professor de aluno surdo; como vem ocorrendo o processo ensino-aprendizagem do(s) aluno(s) surdo(s); perguntou-se se há presença de intérprete em Libras durante as aulas; relacionamento do professor com o intérprete de Libras, o professor dá ao intérprete de Libras alguns esclarecimentos prévios sobre o conteúdo ministrado; rendimento do aluno surdo sem a mediação do intérprete de Libras em sala de aula; e por fim, a relevância do intérprete de Libras ao processo ensino-aprendizagem de História.

DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988 assegurou em seu artigo 8º a obrigatoriedade de uma educação de qualidade para todos os alunos, incluindo os com deficiências e destaca que esses devem ser atendidos preferencialmente na rede regular de ensino, entendendo que a interação é fator determinado no âmbito escolar e social (BRASIL, 1998).

Segundo a atual Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional (LDBN), compreendem três níveis, a saber: educação infantil para criança até cinco anos, ensino fundamental para alunos até quatorze anos e ensino médio para alunos acima de quinze anos (BRASIL, 1996).

Em cada uma dessas fases da educação o aluno deve ser acolhido de modo que possa desenvolver-se. No contexto do aluno surdo, para que isso aconteça, além do professor será necessário outro mecanismo e demais profissionais envolvidos no processo educativo.

No ano 2000 foi sancionada a Lei nº 10.098 que estabeleceu diretrizes para o atendimento a pessoa com limitações definitivas ou temporárias (BRASIL, 2000). Outro fator que essa Lei deu ênfase foi a preparação técnica científica do intérprete de Libras. Uma vez que até então os profissionais dessa área desenvolviam suas atividades restringida a ambientes religiosos e caseiros, uma atividade assistemática e informal. No entanto, esse decreto tirava do anonimato o intérprete e o caracterizava como profissional, valorizando seus saberes práticos.

Destaca-se que a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação de 2001, estabelece diretrizes para a Educação Especial. Nesse documento afirma que as instituições escolares devem possuir condições para atender todo público da Educação Especial, inclusive fazendo menção a atuação de intérpretes de línguas, deixando evidente a atuação desse profissional no ambiente escolar, atuando como suporte ao aluno surdo e colaborador com o docente na disciplina que atuar (BRASIL, 2001).

A Lei nº 10.436/2002 dispôs sobre a Língua Brasileira de Sinais, o que representou uma conquista para a comunidade surda, e com isso a necessidade do intérprete de Libras se fez fundamental para que houvesse uma maior interação entre ouvintes e não ouvintes (BRASIL, 2002). Com essa evolução na legislação a pessoa surda passou a ter maior visibilidade e ocupar espaços que antes não eram ocupados por ter uma lacuna linguística.

Historicamente, o reconhecimento da Libras impulsionou o desenvolvimento e reconhecimento de uma cultura própria do surdo, se caracterizando como uma identidade. Nesse sentido, faz-se relevante que tão logo a pessoa seja identificada como surdo ela seja inserida ao público não ouvinte para que tenha experiências em momentos que valorizem o convívio com o diferente, dando ênfase na experiência da criança, do aluno surdo

Por fim, o Decreto nº 5.626, de 2005, estabelece que pessoa surda é aquele que tem perda auditiva ao ponto de interagir com o mundo por meios visuais, fazendo da Libras a forma de se comunicar com o mundo (BRASIL, 2005). Por meio desse documento o ensino de Libras se torna obrigatório nos cursos de formação de professores para a atuação em nível médio e superior, bem como em alguns cursos da área da saúde.

Com o advento da Nova Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, a educação das crianças com deficiência passou a ser ofertada em escolas comuns, priorizando assim, além do atendimento cognitivo, a questão social e motora do aluno. Afinal, para propiciar a inclusão é necessário garantir mais que acesso ao aluno deficiente nas salas comuns: é preciso que sejam asseguradas condições de continuidade e garantia de aprendizagem (CURY, 1999).

Como desafio, ainda temos a necessidade de fazer com que a educação do aluno surdo aconteça com a mesma qualidade que legalmente é oferecida ao discente ouvinte. Dessa forma, ações devem ser tomadas por meio das políticas dos órgãos da educação, assim como também da escola, entre elas a capacitação do professor para lidar com a demanda específica dos alunos.

Sabe-se que nem sempre cursos de formação continuada são oferecidos aos professores que já atuam na docência há muitos anos. No entanto, isso não significa que o professor com maior tempo de magistério não tenha demandas que precisam ser acolhidas, entre elas a impotência de não dispor de habilitada técnica para proporcionar uma aula com maior rendimento ao aluno não oralizado.

Diante dessa demanda, temos a atuação do intérprete de Libras que chega à comunidade escolar como uma conquista. Afinal, foram anos de reivindicações até que a categoria fosse reconhecida e inserida junto ao professor e aluno, como o suporte e apoio

que o professor buscava para levar o aluno surdo a um maior rendimento escolar e social (BRASIL, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando refletimos no modo como a Libras é utilizada na Educação Básica no Brasil, nos deparamos com demandas variadas. Os professores, alunos e intérpretes em suas vivências escolares possuem relatos que nos fazem perceber o quanto a lei nem sempre reflete com a mesma intensidade na vida prática da comunidade escolar; local no qual a educação acontece de modo pragmático. Uma pergunta foi direcionada aos professores de História sobre o que é Libras:

Entendo por Libras a linguagem que é usada pela comunidade surda. Historicamente ela é um ganho, não só mente na questão educacional, mas também na questão educacional que teve um processo de educação inclusiva, a comunidade surda pode ter acesso, a partir claro, de um intérprete dentro da sala de aula, para que houvesse então essa interação, da comunidade surda e não surda. (P1);

É uma linguagem nova para que tem uma deficiência em algum sentido, nesse caso, a audição. Então essa linguagem ajuda a facilitar bem o atendimento do aluno. (P2).

Corroborando com Paz (2013), o entendimento dos docentes mostra que eles possuem conhecimento da necessidade do ensino em Libras para os alunos surdos e que acreditam ser relevante que tenham em sala de aula um profissional para fazer a intermediação entre o conteúdo e o aluno. É possível identificar como a questão da inclusão é colocada, de modo que se destaca o de sentimento de pertencimento ao grupo por ambos os públicos de alunos: surdos e ouvintes.

A obrigação do ensino de Libras nos cursos de formação de professores para atuarem na Educação Básica representa uma conquista social e humana, que coloca em evidência os surdos que durante muito tempo passaram pela escola, e alguns até pela universidade, sem ter seus direitos de se comunicar em sua primeira língua garantida pela legislação brasileira (CHAHINI, 2010). Nesse sentido, quando questionados sobre o domínio da Libras, os professores responderam que não tiveram nenhuma formação na graduação que abrangesse o ensino de Libras.

De acordo com os dados, é possível identificar que, pelo fato de o currículo dos docentes não contemplar a formação em Libras, essa não foi alcançada nem realizada em formações posteriores. Sendo assim, Paz (2013) esclarece que quando os cursos que preparam docentes não ofertam cadeira de Libras, de um modo geral essa complementação não é algo que motiva os professores, por conta própria, buscarem por essas experiências e outros meios para adquirirem o saber que usariam nas aulas. Como aparece na fala de um dos professores,

o fato de contar como o intérprete de Libras faz com que o docente não realize o atendimento ao aluno de modo sistemático, uma vez que caberá ao profissional da Libras intermediar entre o aluno e professor.

Para Duarte (2013), a atuação do intérprete de Libras será melhor aproveitada na escola, quando tanto o professor quanto o tradutor estiverem com suas habilidades junto ao aluno surdo alinhadas. Assim, é importante que o conteúdo seja revisado ante das aulas para que os sinais sejam precisos e o aluno não apresente dificuldades que possam comprometer o rendimento cognitivo nessa disciplina e, mais que isso, proporcione a aproximação entre o professor e o intérprete precisa ser a mais amigável possível, afinal, ambos estarão dividindo a mesma sala, o mesmo aluno, ao mesmo tempo. Nesse ponto o professor 2 pontua:

Meu relacionamento com o intérprete é muito bom, nunca tive nenhum problema com os intérpretes. Geralmente, eu antecipava a aula para eles. Se fosse trabalhar um texto, o capítulo de um livro ou então, até mesmo se fosse passar um filme, havia aquela preocupação de ter legenda, a preocupação de verificar se a linguagem está apropriada. Então assim, no [Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão] (IFMA), a gente sempre te o conato no WhatsApp, então próxima semana vamos trabalhar o tema tal, vamos trabalhar com esse texto aqui, ai mandava o texto, coisa que é própria também de á não sei se isso poderá acontecer em outras escola. Lá já é uma orientação do setor pedagógico, para que todos os professores tenham contato com o intérprete, de antecipar as aulas para que ele possa ter o contato e verificar se é necessária alguma adequação ou não.

As tecnologias favoreceram numa aproximação mais rápida entre as pessoas. Na educação as novas ferramentas eletrônicas permitem que o conteúdo circule mais rapidamente entre professores, alunos e demais comunidade escolar e demais segmentos da sociedade. Conforme pontua o professor informante da pesquisa, ela faz uso de rede de comunicação social para falar previamente com o intérprete, com objetivo de antecipar possíveis conteúdos a serem ministrados em sala de aula.

Nesse relato ainda aparece a fomentação do setor pedagógico da escola, que cobra a interação entre o intérprete e o professor para ter uma garantia que as aulas serão trabalhadas de fato com foco no aluno surdo para que ele não seja em nenhum momento excluído dos debates gerados em sala de aula, sobre as mais diversas abordagens que a história faz no contexto do ensino médio e demais modalidade da educação nacional.

Assim como o professor é essencial na sala de aula para que o ensino-aprendizagem ocorra de modo sequencial na vida escolar, o intérprete de Libras é parte significativa para que o aluno surdo permaneça numa sala de aula regular e consiga, junto com a turma de ouvintes, desenvolver um conhecimento tão satisfatório quanto os demais.

Como relata os professores, eles não tiveram dificuldade com o aluno surdo, no entanto atribui parte desse bom rendimento a presença do intérprete em sala de aula. Nesse momento, ainda segundo o P1 a falta da formação mínima em Libras pesa. Já o P2 pontua que

com passar do tempo a comunicação entre professor e aluno surdo melhora e alguns sinais se tornam mais fáceis e mais compreensíveis, contudo, sem o intérprete nem esse mínimo de interação seria possível.

É possível identificar que na ausência do intérprete de Libras por qualquer motivo na sala de aula, junto ao professor e ao aluno surdo, o rendimento do discente fica abalado. Como pontua o P1; às vezes mesmo com o profissional da Libras, alguns sinais em línguas estrangeiras como alemão e russo não são fáceis de adequar ao vocabulário do surdo. Imagina sem a presença do intérprete, como fica difícil fazer esse arranjo.

Diante de tudo que o professores já falaram sobre o intérprete de Libras, questionou-se qual a relevância desse profissional de um modo geral na sala de aula, e a forma como os docentes percebem a prática do intérprete.

Para que a aprendizagem aconteça na disciplina de História, o aluno necessita entender a temática que é abordada em sala de aula. E para que isso ocorra de modo mais dinâmico para o aluno surdo, entra em cena o intérprete de Libras. Dessa forma, os professores destacam a relevância desse profissional:

Importantíssimo. A atribuição do intérprete é fazer a relação entre o professor e o aluno funcionar. A relação ensino-aprendizagem, para poder realmente fluir isso. Não que ele vai ter que ter o conhecimento de História, ter um conhecimento de sua própria opinião de outros fatos, mas é importante que ele saiba que ele é peça fundamental nesse processo de ensino aprendizagem. Mas a relação professor-aluno continua sendo minha responsabilidade enquanto professor. Assim como a responsabilidade pelo ensino e aprendizagem. Como se nós estivéssemos, por exemplo, o professor de História brasileira e fosse dar aula para chineses, eu não sei o mandarim, é necessário que haja o intérprete, ele só vai de fato fazer a tradução simultânea, isso é uma questão linguística, mas no caso da Libras, adequar sinais eu pouco mais complexo, mas dá para fazer uma relação até porque há palavras no português que não existe no inglês, no francês ou no alemão. Então eu acho que a relevância do intérprete é fazer a ponte, professor aluno. (P1).

Atuação do intérprete de Libras é importantíssimo, pois nós não fomos preparados em nossa graduação, então, a presença do intérprete facilita muito, faz com que a gente se sintam mais seguro. (P2).

De acordo com Keli e Oliveira (2016), é parte da atribuição do intérprete fazer fluir a comunicação entre o professor e o aluno. Desse jeito ambos poderão trabalhar caminhos que levem o aluno surdo a compreender o conteúdo de história ministrado em sala de aula.

Quando o docente percebe que a responsabilidade pelo aluno surdo já não é apenas dele professor, mas a escola se preocupa em fomentar meios para que o ensino e aprendizagem aconteça com significado cognitivo para o aprendiz, o psicológico do professor fica mais leve e essa sensação é prolongada com a presença do intérprete de Libras na sala de aula.

Assim o professor percebe que a missão de educar o aluno surdo é algo partilhado, entendendo que a educação enquanto processo difuso acontece em todos os lugares da escola e da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da Constituição Federal de 1988 a educação tornou-se um direito garantido a todos os brasileiros natos e naturalizados. Nesse sentido, a inclusão se constituiu como uma obrigação legal do sistema escolar atual. Sendo assim, a pesquisa mostrou alguns aspectos relacionados ao processo educativo do aluno surdo, professor e intérprete de Libras: a vinculação que a legislação faz em relação a Libras, e a regulamentação da profissão do intérprete de Libras, ainda a formação de professores para atuar na educação básica e como estão lecionando os professores formados antes da legislação obrigar o ensino de Libras nos cursos de graduação, ainda a presença do intérprete de Libras na sala de aula na disciplina de História, bem como a importância que o professor atribui ao intérprete no processo educativo.

Assim, os dados revelam que a presença do intérprete de Libras na sala de aula faz toda diferença no processo ensino aprendizagem do aluno surdo. No entanto, mesmo sabendo da importância da Libras no cotidiano da escola, até pouco tempo essa formação não era oferecida nos cursos de formação de professor, fazendo com que parte dos docentes que hoje estão em sala de aula não tenham formação mínima em Libras; fato que gera transtornos na ausência do intérprete de Libras.

Na percepção dos professores, o aluno surdo tem potencial de ter um bom rendimento na disciplina de História, desde que haja o acompanhamento por parte do profissional intérprete, para que o aluno não fique prejudicado nas temáticas trabalhadas em sala de aula. Para além disso, os discentes mostram que quando o aluno surdo não possui o suporte na aula, atividades secundárias são realizadas para que ele não fique ocioso na turma, no entanto, admitem que o rendimento pode cair com esse tipo de método usado como plano B.

Dessa forma, as finalidades das atividades desenvolvidas com a mediação do intérprete consistem em não deixar o aluno surdo à parte do que ocorre em sala de aula. Entendendo que a interação do não ouvinte com todo o ambiente que perpassa a aula e

adjacências será significativo para que a cognição do surdo seja valorizado assim como a do aluno ouvinte, para que no final de cada aula, no momento de uma avaliação, não ocorra discrepância entre o aluno que ouve e o e não ouvinte. Sendo assim, a equipe pedagógica da escola, bem como o professor devem aproximar o intérprete das vivencia do aluno, do planejamento com o professor para que na regência em sala não venha a ocorrer ruídos que possam atrapalhar o entendimento do aluno surdo, por não dominação do conteúdo de história por falta de comunicação entre o professor e o intérprete de Libras.

Nesse sentido, ainda é evidente que a não formação em Libras leva o professor a ficar inseguro quando tem que interagir diretamente com o aluno surdo, de modo que se houvesse interesse dos órgãos que fazem a gestão da educação na rede estadual em oferecer formação que alcançasse todos os docentes, essa lacuna de não conhecimento na Libras poderia ser resolvida a médio e longo prazo.

A percepção dos professores é animadora em relação a inclusão do aluno surdo na sala de aula regular, ao ponto de afirmarem que em muitos casos o desempenho do aluno surdo é até maior que do ouvinte, com isso fica explícito, a importância da aproximação entre os diversos, de modo que as aprendizagens possam ser múltiplas, respeitando a cultura de cada sujeito envolto na comunidade escolar.

As principais dificuldades em relação ao trabalho desenvolvido pelo intérprete e atuação do professor de história consistem em adequar a aula aos sinais que o profissional da Libras utilizará em sala de aula. No entanto, para sanar essa demanda a tecnologia vem ajudando os profissionais da educação, como os professores sinalizaram, os aplicativos de mensagens usados para alinhar conteúdos e aulas de modo que o distanciamento é convertido em aproximação quando usam tais serviços de suporte.

Percebe-se que na disciplina de História o intérprete precisa dominar alguns termos e possuir leituras sobre como se desenrola pelo menos a história contada no livro didático do ensino médio. Esse conhecimento prévio, não apenas das aulas, facilita o modo como o conteúdo será reproduzido para o aluno, e se for de uma forma bem fluente, os processos de assimilação e acomodação desse novo conteúdo acontecerá de modo não automático, mas como numa construção permeada por o sujeito que traduz o assunto.

Constatou-se, também, que as atividades desenvolvidas pelo intérprete de Libras na concepção dos participantes, devem ser fomentadas na escola, imbricada numa política de acolhimento para que esse profissional possa sentir sua relevância e significação junto ao aluno surdo. Outros aspectos revelados foram que a condição da deficiência do aluno não

é determinante para classificá-lo como limitado na construção do conhecimento histórico, mas que com ajuda do intérprete e a parceria do professor muitas aprendizagens poder ser construídas

Destaca-se que nesse trabalho foi colocado como hipótese, que as atividades do intérprete eram realizadas na escola de forma não sistematizadas. Assim, a hipótese não se confirmou, visto que a maioria das atividades do intérprete são regulares e previamente alinhadas com os professores e gestão da escola. Dessa forma, mostrando o compromisso com a legislação que assegura esse suporte pedagógico ao aluno surdo na rede de ensino.

Considera-se, finalmente, que as atividades do intérprete de Libras desenvolvidas na escola junto ao aluno surdo na disciplina de História no ensino médio é de extrema relevância, visto que essa etapa da educação básica busca consolidar todo o conteúdo que o currículo demandou para formar um cidadão para o convívio social, para o trabalho e prosseguimento de estudos (BRASIL, 1996). Apesar da formação inicial dos professores não contemplar a cadeira de Libras e também os mesmos não dispõem de uma formação continuada na área, a assistência ao aluno continua acontecendo numa parceria entre professor, intérprete de Libras e gestão escolar. Assegurando, assim, a isonomia nas condições de permanência na sala de aula, na disciplina de história.

Espera-se que esse estudo venha a contribuir com maiores esclarecimentos sobre a relevância da Libras e do intérprete de Libras no âmbito da educação básica, bem como desperte o interesse em outros pesquisadores para o aprofundamento desse olhar sobre a realidade que vive o professor e o aluno nas sala de aulas das escolas brasileiras, em especial as públicas, principalmente nesses dias de ameaças constantes à educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 14 maio 2019.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 1º abr. 2019.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018.

CERVO, A. L. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de Alunos com deficiência na educação superior**. 2010. 131 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DUARTE, S. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1713-1734, out./dez. 2013

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KELI, S. X. S.; OLIVEIRA, I. M. O Trabalho do Intérprete de Libras na Escola: um estudo de caso. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 695-712, jul./set. 2016

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

PAZ, J. F. da. Atos de fala e a compreensão semântica do discurso do intérprete de Libras e do professor surdo. **Revista Cefop/Fapaz de Educação de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia**, Natal, ano 1, v. 1, n. 1, p. 14-31, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0028963071854e12651b1>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, S. R. R. **Formação de professores do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão: percursos e desafios**. São Luís: Eduema, 2017.

